

Avaliação do programa segundo tempo universitário em uma universidade federal em Campo Grande/MS/Brasil

Program evaluation according to university time at a federal university in Campo Grande/MS/Brazil

Evaluación del programa según hora universitaria en una universidad federal en Campo Grande/MS/Brasil

Junior Vagner Pereira da Silva^{a*} 

Palavras-chave:

Políticas públicas;
Esporte;
Universidade;
Satisfação.

RESUMO

Do tipo descritivo, exploratório, documental, com análise de conteúdo de documentos relacionados ao PSTU (2017-2020), objetivou analisar a organização programática e o nível de satisfação dos usuários. O programa contemplou esportes tradicionais, AFL e modalidades pouco frequentes no lazer de brasileiros. Os horários predominaram nos intervalos entre os turnos de aulas, com turmas para homens, mulheres e mistas, voltadas aos níveis de iniciação e intermediário/avançado. A natação figurou como demanda reprimida desejada pelos usuários. O nível de satisfação foi elevado no CSC (96%) e NPS (100%). Conclui-se que o programa oportuniza a vivência de esportes culturalmente enraizados e novas experiências, com programação que amplia as vivências do esporte na universidade.

Keywords:

Public policy;
Sport;
University;
Satisfaction.

ABSTRACT

The descriptive, exploratory, documentary type, with content analysis of documents related to the PSTU (2017-2020), aimed to analyze the programmatic organization and the level of user satisfaction. The program included traditional sports, AFL and infrequent leisure activities for Brazilians. Timetables predominated in the breaks between class shifts, with groups for men, women and mixed, aimed at the initiation and intermediate/advanced levels. Swimming appeared as a repressed demand desired by users. The level of satisfaction was high in CSC (96%) and NPS (100%). It is concluded that the program provides opportunities for the experience of culturally rooted sports and new experiences, with programming that expands the experience of sport at the university.

Palabras-clave:

Políticas públicas;
Deporte;
Universidad;
Satisfacción.

RESUMÉN

El tipo descriptivo, exploratorio, documental, con análisis de contenido de documentos relacionados con el PSTU (2017-2020), tuvo como objetivo analizar la organización programática y el nivel de satisfacción de los usuarios. El programa incluyó deportes tradicionales, AFL y actividades de ocio poco frecuentes para los brasileños. Los horarios predominaron en las pausas entre turnos de clases, con grupos de hombres, mujeres y mixtos, dirigidos a los niveles iniciación y intermedio/avanzado. La natación apareció como una demanda reprimida deseada por los usuarios. El nivel de satisfacción fue alto en CSC (96%) y NPS (100%). Se concluye que el programa brinda oportunidades para la vivencia de deportes de arraigo cultural y nuevas experiencias, con una programación que amplía la experiencia del deporte en la universidad.

^aUniversidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Medicina, Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região do Centro-Oeste. Campo Grande, MS, Brasil.

*Autor correspondente:

Junior Vagner Pereira da Silva
E-mail: jr_lazer@yahoo.com.br

Recebido em 04 de outubro de 2021; Aceito em 16 de novembro de 2021.

DOI: <https://doi.org/10.1590/rbce.43.e009621>

INTRODUÇÃO

Diferentes modelos norteiam as políticas públicas (PP). Esses são representações simplificadas do mundo real e auxiliam a identificar aspectos das políticas sociais, compreender o que é e não é importante, orientar a investigação, propor explicações e prever consequências (Dye, 2010). Dentre eles, encontra-se o modelo por ciclos, composto pela agenda-setting, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação (Saraiva, 2007).

A avaliação no contexto das PP é aplicada com diversos fins — aprimoramento das decisões na alocação de recursos (Ramos e Schabbach, 2012), produção de informações e recomendações a orientar, pelo menos em parte, as decisões políticas (Arretche, 2013), responsabilização do Executivo frente ao Parlamento, agências reguladoras e sociedade civil, por decisões e valoração de uma atividade, programa ou política (Ramos e Schabbach, 2012).

Em relação às características e informações proporcionadas, podem ser do tipo custo-efetividade (eficiência econômica dos gastos públicos), da transparência da ação governamental (eficácia procedimental), do aprimoramento do desenho e da gestão (efetividade social) (Jannuzzi, 2016), da legitimidade social e política e satisfação dos usuários (Ramos, 2009).

No Brasil, a avaliação de PP teve impulso na década de 90, quando da reforma do Estado, obteve maior espaço na modernização da gestão governamental (Faria, 2005). Todavia, no meio acadêmico do esporte e lazer, figurou como tema incipiente por muitos anos, estando pouco presente na produção científica em dissertações e teses — 2000/2008 (Rosa e Mezzadri, 2011)—, periódicos nacionais — 2009/2013 (Amaral et al., 2014) — e periódicos nacionais, dissertações e teses — 2012/2017 (Onofre et al., 2019).

Além de incipiente, a priori, o cenário de investigação encontrava-se focado em políticas municipais e estaduais (Rosa e Mezzadri, 2011), migrando para o predomínio de estudos sobre a esfera federal a partir de 2009 (Amaral et al., 2014), o que esteve relacionado à criação do Ministério de Esporte em 2003 e à implantação de ações federais, como a Conferência Nacional do Esporte, o Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e o Programa Segundo Tempo (PST) em suas vertentes padrão, adaptado e universitário.

A partir da implantação desses programas, pesquisas sobre a avaliação de PP se fizeram mais presentes, com análise do PELC e sua eficácia, eficiência e efetividade (Areias e Borges, 2011); metodologias de avaliação (Machado et al., 2016), desenvolvimento e problemas recorrentes (Kravchychyn et al., 2013), desempenho (Santos, 2013), alcance dos objetivos (Reverdito et al., 2016), impacto no desenvolvimento motor (Sousa et al.,

2016); do PST universitário e sua eficácia, eficiência e impactos (Gonçalves et al., 2019).

Nota-se que após 12 anos de sua implantação, apenas um estudo foi destinado a avaliação do Programa Segundo Tempo Universitário (PSTU), corroborando com que pouco se conheça a respeito dos resultados e efeitos do programa, o que configura uma lacuna importante a ser preenchida, de modo a melhor compreender elementos importantes, como a forma com que esse programa se encontra organizado nas instituições que foram contempladas e a satisfação dos usuários atendidos.

Mediante a lacuna existente, o estudo objetivou analisar a organização programática do PSTU na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e o nível de satisfação dos usuários. Especificamente, objetivou investigar os esportes/AFL fomentados, analisar a organização programática das oficinas (horários, turmas, níveis), diagnosticar os esportes/AFL desejados pelos usuários e não ofertados, avaliar o nível de satisfação dos usuários e identificar as variáveis que mais influenciam positivamente na satisfação.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como descritivo/exploratório que, respectivamente, permite estudar o nível de atendimentos de órgãos públicos e levantar opiniões, atitudes e crenças, que auxiliam a esclarecer e modificar ideias (Gil, 2010).

Figura como documental, que analisa fontes primárias, escritas e retrospectivas, como arquivos públicos eletrônicos, oriundos de publicações administrativas e fontes internas à instituição (Marconi e Lakatos, 2002) ainda não analisadas e que, elaboradas no período que se pretendia analisar, possibilitam conhecimentos mais objetivos da realidade (Gil, 2010). Inclui também documentos de comunicação de massa (Gil, 2009).

A técnica adotada foi estruturada em etapas: a) Formulação do problema; b) Elaboração do Plano de Trabalho; c) Identificação das fontes; d) Localização das fontes de obtenção do material; e) Análise e interpretação (Gil, 2009).

A formulação do problema ocorreu na fase de projeto, estabelecendo os pressupostos norteadores e, em seguida, o cronograma.

Na identificação das fontes optou por documentos relacionados ao TED nº 20/2017 e matérias jornalísticas. A localização das fontes foi via Sistema Eletrônico de Informações e Boletim de Serviço Oficial da UFMS, usando os unitermos PSTU e Programa Segundo Tempo Universitário. As matérias jornalísticas foram obtidas no Google, com aplicação dos unitermos supracitados. Isto resultou no *corpus* das análises: a) Projeto do PSTU; b) Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 20/2017; c) Relatório de cumprimento de objeto do TED nº 20/2017; d) Reportagem jornalística.

Conforme documentos analisados, as informações foram obtidas via questionário *online*, de avaliação interna entre 27 de abril a 16 de maio de 2020, dos quais 136 usuários responderam. A satisfação ocorreu pelo *Customer Satisfaction Score* (CSC), Fórmula $[\sum(\text{número de usuários muito satisfeitos e satisfeitos})/(\text{número de respostas})]$. Percentuais superiores a 75% foram classificados como satisfatórios (UFMS, 2021).

A capacidade dos usuários em influenciar ou não a adesão de outras pessoas foi avaliada por questão aberta (Você indicaria as atividades físicas de lazer/exercícios físicos/esportes?), que subsidiou o cálculo do *Net Promoter Score* (NPS) = $[(\text{Número de promotores}/\text{Número total de respostas}) - (\text{Número de detratores}/\text{Número total de respostas})]$. O NPS identifica três tipos de usuários — detratores (não tiveram boa experiência com o serviço, farão comentários negativos e não indicarão), neutros (tiveram uma experiência normal e não realizarão comentários positivos ou negativos) e promotores (tiveram ótima experiência, são entusiastas e tentarão convencer outras pessoas a participarem). Os resultados foram classificados em quatro zonas de satisfação — zona crítica (NPS de - 100 a 0), zona de aperfeiçoamento (NPS de 1 a 50), zona de qualidade (NPS de 51 a 75) e zona de excelência (NPS de 76 a 100) (UFMS, 2021).

As recomendações da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016 foram seguidas, pois se atende o artigo 1, parágrafo único, item II, não exigindo registro em Conselhos de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS

O núcleo do PSTU foi implantado na UFMS em dezembro/2017, com autorização de início em novembro/2018 (Brasil, 2018). Mas a estruturação exigiu prorrogação de prazo, fazendo com que os atendimentos iniciassem em março de 2019 (UFMS, 2019).

Com vigência até setembro/2020 e meta semanal de atendimento de 300 usuários, as ações ocorreram presencialmente de março/2019 a março/2020, pois devido à COVID-19, as atividades foram suspensas em abril/2020 e retomadas posteriormente com uso de recursos virtuais (UFMS, 2020).

Conforme Quadro 1, evidenciou-se que dentre os esportes/AFL possíveis, privilegiou-se os esportes coletivos tradicionais (futebol, voleibol, basquetebol e handebol), embora a musculação tenha tido o maior número de turmas. Quanto à organização programática, as oficinas ocorreram, sobretudo, no intervalo dos períodos de aulas, com predomínio de turmas compostas por homens e mulheres, abarcando os níveis de habilidades (iniciação, intermediário e avançado).

Em parte, o núcleo reproduziu a cultura esportiva nacional, que reflete o sistema cultural no qual as pessoas estão inseridas (Lüschen, 1970) e por vezes exerce influência na política de infraestrutura física, em que predominam espaços para esportes coletivos e ginásticas (Ungheri e Isayama, 2021), o que contribui com que o futebol, voleibol, basquetebol e handebol figurem entre os mais praticados no lazer de brasileiros acima de 15 anos (Brasil, 2015). Porém, a organização programática implementada indica que há compreensão sobre a variedade de esportes/AFL existentes e a importância da superação da monocultura esportiva, pois novas experiências foram ofertadas — musculação, treinamento funcional, futevôlei e vôlei de areia —, sendo a musculação aquela com o maior número de turmas.

A diversificação programática é importante aos universitários, pois enquanto jovens preferem esportes/AFL em equipe e mais intensos, a população entre 19 e 28 anos prefere o contato com fitness (Wicker et al., 2009). Ademais, programas públicos que fomentem o *fitness* com aulas de musculação e treinamento funcional se fazem veículos de inclusão social, pois são experiências frequentemente promovidas pela indústria cultural em

Quadro 1. Programação do PSTU/UFMS/Cidade Universitária/2019.

Oficinas	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
Musculação (T1)	12h às 13h30			12h às 13h30		
Musculação (T2)		12h às 13h30			12h às 13h30	
Musculação (T3)			12h às 13h30			12h às 13h30
Musculação (T4)		19h às 20h30		19h às 20h30		
Voleibol (Iniciação)	17h às 18h30		17h às 18h30			
Voleibol (Intermediário e avançado)		12 às 13h30m		12 às 13h30m		
Futsal feminino	18h30 às 20h		18h30 às 20h			
Futsal masculino (Intermediário e avançado)		18h30 às 20h		18h30 às 20h		
Basquetebol		17h às 18h30		17h às 18h30		
Handebol			12h às 13h30		12h às 13h30	
Futebol de campo	16h às 17h30		16h às 17h30			
Treinamento funcional		17h30 às 19h		17h30 às 19h		
Futevôlei	18h30 às 20h		18h30 às 20h			
Vôlei de areia		18h30 às 20h		18h30 às 20h		

Fonte: (Rodrigues, 2019).

instalações pagas, sobretudo o *fitness* (81,9%) (IBGE, 2017), portanto, condicionada socioeconomicamente, o que faz do *fitness* a menos inclusiva (Mutz e Müller, 2021). O envolvimento com mais de quatro esportes está associado ao capital cultural (grau de formação ou hábito de leituras) (Mutz e Müller, 2021).

No Brasil, pessoas sem rendimento (ou rendimento inferior a um salário mínimo e meio), são as que menos praticam esportes/AFL (IBGE, 2017). Aquelas de menor nível socioeconômico (Ferreira et al., 2019) e menor escolaridade (Oliveira et al., 2021), as que mais fazem uso de programas públicos.

Portanto, o PSTU/UFMS ampliou as oportunidades dos discentes com esportes/AFL, vez que a diversificação das oficinas é relevante para que a população tenha maiores chances de contemplar seus anseios e desenvolver-se pessoal e socialmente. Não obstante, segundo Mutz et al. (2020), são importantes para qualidade de vida, porque aqueles que se envolvem com atividades esportivas têm maior satisfação com a vida e com o lazer e aqueles que experimentam maior variedade, mais satisfação com o lazer, o que ressalta a importância de políticas públicas de modo a diminuir os efeitos negativos do nível socioeconômico e ausência da disponibilização de espaços e programas públicos.

A oferta das oficinas na transição dos períodos de estudo figurou em importante estratégia para maximização das chances de acadêmicos vivenciarem o esporte/AFL, porque o tempo diário na universidade está associado negativamente com essas experiências (Molano-Tobar et al., 2019), sendo a falta de tempo é a principal barreira social (Sousa et al., 2013).

Sabe-se que o Ensino Superior imprime mudanças na organização do tempo social em virtude do cumprimento dos créditos no contexto universitário e atividades

extraclasse da disciplina. Ademais, há aqueles que acumulam as funções de estudante e trabalhador, resultando, por vezes, na diminuição do tempo de lazer. Diante a esse quadro, oportunizar esportes/AFL na própria universidade e na transição dos períodos de estudos, otimiza o tempo escasso dos estudantes e possibilita aderirem as oficinas ofertadas na janela de tempo entre períodos.

As possibilidades de participação também são ampliadas ao organizar uma programação com oficinas por turmas, possíveis de serem realizadas entre homens e mulheres e outras específicas por sexo, turmas de iniciantes, intermediários e avançados, respeitando a diversidade e expectativas, condição essencial às políticas públicas. Ao incluir mais pessoas e respeitar as diferenças, o núcleo materializa os pressupostos que norteiam o programa (direito à cidadania, participação irrestrita, diversidade de experiências, transcendência pedagógica, valores) e os princípios do esporte educacional (inclusão, participação, cooperação, coeducação e corresponsabilidade).

Ao serem questionados a respeito do interesse em vivenciar outros esportes/AFL, a natação, seguida pelo yoga, zumba e muay thay, figuraram como demandas reprimidas (Figura 1).

A exemplo do evidenciado na literatura, a natação é ausente em programas públicos (Custódio et al., 2021) e encontra-se na última posição entre as mais praticadas por brasileiros maiores de 15 anos (PNUD, 2017). Entre adultos, é a menos praticada no sul do país (Dumith et al., 2009). Condição inversa evidencia-se entre austríacos maiores de 15 anos, dentre os quais a natação predomina (Eime et al., 2020), refletindo, portanto, particularidades culturais e políticas.

A expressiva diferença entre sujeitos que aspiravam a inserção da natação na programação pode estar

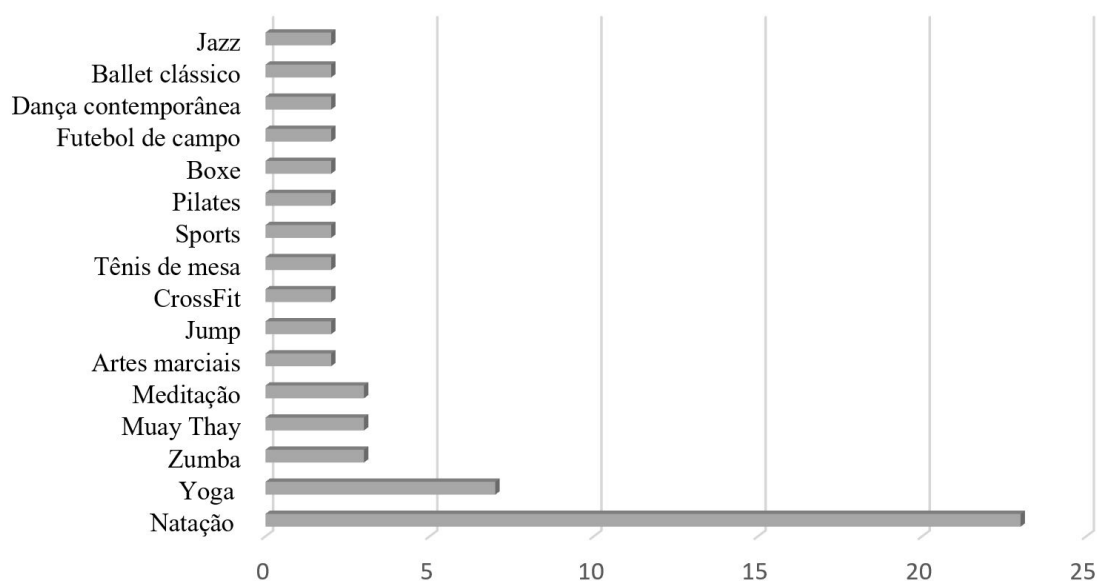


Figura 1. Novos Esportes/AFL desejados pelos usuários do PSTU/UFMS/Cidade Universitária/2020. Fonte: (UFMS, 2021).

relacionada às características climáticas de Campo Grande/MS, município que dispõe de temperatura máxima de 37,3°C e sensação térmica que atingiu 47°C em 2020 (Orue, 2020), vez que o clima figura como principal barreira ambiental (Vieira e Silva, 2019), o que favorece o anseio por oficinas no meio líquido, diminuindo a sensação térmica e aumentando o prazer e satisfação.

Somada às questões culturais e climáticas, pode estar vinculada a infraestrutura. Embora exista amplo complexo aquático na UFMS, o espaço ficou interdito para adequação às exigências de segurança desde 2017 (UFMS, 2018), reabrindo somente no final de 2020 (Catuver, 2020), o que justifica a ausência da natação na programação e o anseio dos universitários por sua incorporação.

A inserção da natação no rol de esportes fomentados, além de importante para diversificação e ampliação das experiências, diante das características climáticas campo-grandenses também se mostra relevante ao bem-estar e promoção da saúde, porque pesquisas indicam que o aumento da temperatura além da zona de conforto térmico pode diminuir a frequência e tempo de contato (Brandenburg et al., 2007).

Em relação à satisfação dos usuários (Quadro 2), o CSC total foi elevado (96%). Dentre as variáveis que compõem esse indicador, as relacionadas ao professor/monitor foram as que apresentaram os melhores scores, com valores iguais ou superiores a 95% e as relacionadas à infraestrutura, os menores. Resultados positivos também foram obtidos no NPS (100%), com todos os participantes figurando como promotores em zona de excelência, ou seja, os usuários são entusiastas que dispõem de potencial para atuação no convencimento de outras pessoas a aderirem o programa.

Os resultados do CSC e NPS são de realce à avaliação do programa enquanto política pública, pois trata-se de um indicador de resultado e de legitimidade social e política (Ramos, 2009). Isto porque a orientação/

acompanhamento por pessoal qualificado em esporte/AFL possibilita a oferta de experiências que estimulam a população, confere maior qualidade e resultado e fortalece vínculos por promover práticas de proteção à saúde (Falci e Belisário, 2013).

Em particular, os resultados positivos na satisfação com o programa (CSC e NPS) obtiveram destaque nas variáveis relacionadas aos recursos humanos (capacidade técnica e metodologia), o que dispõe de consonância com a estrutura organizativa, compreensão filosófica e pedagógica que estruturam a atuação do professor/monitores e norteiam a execução pedagógica das oficinas de modo a alcançar os objetivos.

Os recursos humanos do programa, compostos por cinco atores, encontram-se sintetizados na Figura 2.

Tal organização assemelha-se à proposta de Dumazedier (1975) acerca do lazer. Entendendo os animadores socioculturais como agentes de democratização cultural, de modo a diminuir a distância entre o nível cultural vivido pela população, postulou, a sua época, estrutura de animação piramidal composta por três níveis: no topo, profissionais com formações específicas nos diversos interesses culturais; no meio, semiprofissionais, representados por aqueles que dispõem de conhecimentos práticos sobre os interesses culturais; na base, animadores voluntários, pessoas sem formações específicas, mas que dispõem de relação pessoal com o lazer e podem suscitar atitudes favoráveis em seus pares.

Em que pese voltado à vertente educacional, mas com viés participativo, o PSTU atualiza a proposta de Dumazedier (1975) ao século XXI, em que a atuação profissional em diversas áreas relacionadas ao lazer, como a Educação Física/Esporte, é regulamentada por Conselhos e restringe a atuação na maioria dos conteúdos a profissionais na área de formação (Brasil, 1998), à existência de governo, produtor por excelência de políticas públicas (Souza, 2006), e aos fundamentos que norteiam os atos da administração pública (Carvalho, 2020), incorporando

Quadro 2. Customer Satisfaction Score e Net Promoter Score dos usuários do PSTU/UFMS/Cidade Universitária/2020.

	Excelente	Bom	Razoável	Ruim	Péssimo	CSC	NPS
Variáveis							
Capacidade técnica do professor/monitor	82	29	1	0	0	99%	-
Qualidade do projeto	76	32	4	0	0	96%	-
Cumprimento do horário de atendimento	73	34	5	0	0	95%	-
Metodologia aplicada pelo monitor/professor	76	31	4	0	0	95%	-
Qualidade dos materiais esportivos	34	66	9	3	0	89%	-
Participação no projeto	44	53	14	1	0	86%	-
Horário de atendimento	45	51	14	2	0	85%	-
Espaço físico/infraestrutura	30	55	21	5	1	75%	-
NPS							
Promotores	112						100%
Neutros	0						0%
Detratores	0						0%

Fonte: (UFMS, 2021).

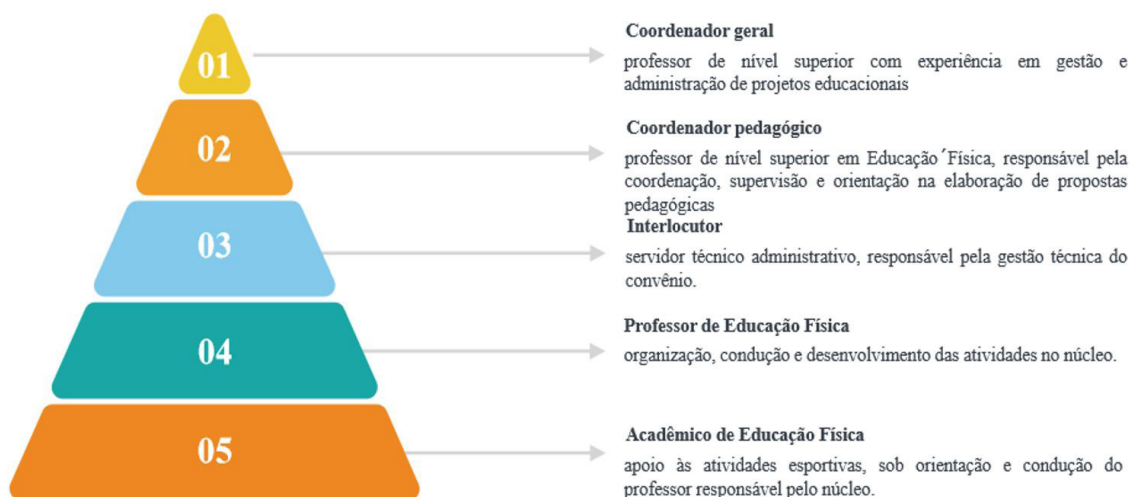


Figura 2. Estrutura dos recursos humanos do PSTU. **Fonte:** Elaborado pelo autor.

atores sociais com características e especificidades que deem conta de suprir tais requisitos — um coordenador geral (para gestão do projeto) e um responsável técnico (para subsidiar as demandas burocráticas-administrativas). Ademais, mantém profissionais com formação específica (Coordenador Pedagógico), substitui semiprofissionais com conhecimentos práticos por profissionais com formação específica em Educação Física/Espportes e substitui os voluntários por estudantes de Educação Física/Espportes.

A atuação discente em ações de extensão é estratégia relevante aos discentes (maximiza as experiências com a inserção na atuação profissional orientada para trabalho com a animação sociocultural). As contribuições à formação dos monitores envolvidos com as oficinas constam como um dos objetivos específicos do PSTU, que consiste em “Inserir o esporte como ação transversal no projeto pedagógico da Universidade, oferecendo oportunidade de estágios aos estudantes da área de Educação Física ou Esporte” (Brasil, 2017).

A extensão figura como canal de relacionamento entre a universidade e grupos sociais, contribuindo com a formação profissional, sobretudo, quando desenvolvida reflexivamente. Mas cuidados se fazem necessários para que a atuação de acadêmicos não seja recorrida de modo a explorar “mão de obra barata” (Paiva e Marcellino, 2004). Tais cuidados demonstram ser resguardados pelo PSTU, seja no prisma da valorização financeira dos agentes envolvidos ou pedagógico/formação.

Financeiramente o programa atenta-se à valorização dos envolvidos, de modo a não figurar como “mão de obra barata”, mas, sim, um processo importante de estágio, por meio do pagamento de bolsas mensais de R\$ 1.045,00, valor superior às demais pagas em nível nacional para graduandos, limitadas desde 2010 a R\$ 400,00.

Referente às questões pedagógicas (Figura 3), decorre de ação integrada e articulada entre coordenador

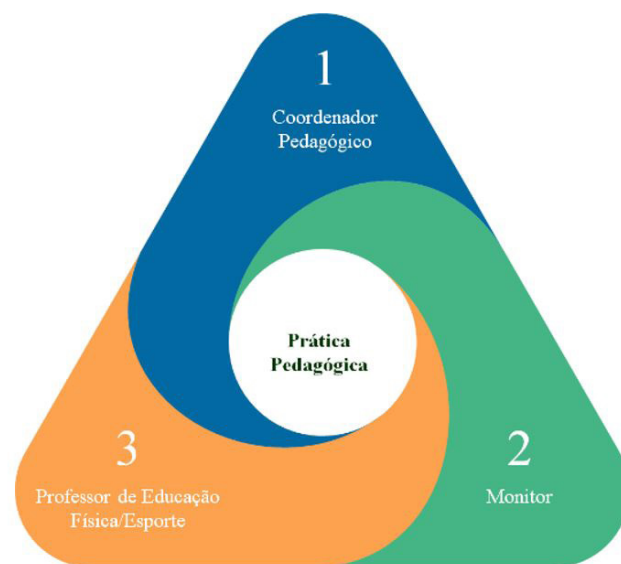


Figura 3. Relação entre equipe pedagógica do PSTU. **Fonte:** Elaborado pelo autor.

pedagógico, professor e monitor, em que professor e monitores dispõem de 20 horas semanais, destas 5 destinadas ao planejamento e 15 ao desenvolvimento das atividades aos usuários. Os monitores dispõem de acompanhamento permanente de um professor de Educação Física que atua em conjunto, colaborando não apenas para atendimentos com disponibilização esportes/AFL com qualidade, mas também assegurando a formação profissional discente.

Experiências de extensão com práticas esportivas para acadêmicos de Educação Física têm sido positivas à preparação docente, seja no planejamento das aulas (Chiva-Bartoll et al., 2018), sistematização e aplicação dos conhecimentos obtidos com a matriz curricular (Cañadas, 2021), na melhora do conhecimento

pedagógico dos conteúdos (Galvan et al., 2018) ou gestão dos alunos (Corbatón-Martínez et al., 2015).

A atuação em contextos comunitários figura como oportunidade para que os alunos apliquem os conhecimentos obtidos em sua formação, o que favorece a aprendizagem para atuação docente e o compromisso com as questões sociais. Isto porque, a partir da indissociabilidade entre pesquisa-ensino-extensão, as disciplinas que compõem a matriz curricular, fundamentadas na produção do conhecimento científico (pesquisa) dão sustentação à instrumentação dos discentes nas disciplinas (ensino) e, por conseguinte, subsidiam a atuação na socialização e aplicação desses conhecimentos junto à comunidade (extensão).

Portanto, projetos como o PSTU, além de promover a democratização do acesso ao esporte/AFL à comunidade universitária, condição essencial à educação para o lazer através da iniciação em diversos esportes/ALF que compõem o cronograma do programa, também auxiliam na formação, criando uma amálgama entre pesquisa-ensino-extensão que se tornam indissociáveis.

CONCLUSÕES

Evidenciou-se que o núcleo do PSTU/UFMS promoveu a participação em esportes coletivos tradicionalmente vivenciados em outros contextos e localidades brasileiras, mas, por outro lado, ampliou as experiências, com a oferta de modalidades pouco presentes em políticas públicas, como a musculação, experiência que dispôs de maior número de turmas e historicamente tem sido fomentada pela indústria cultural, o que colabora com a inclusão dos estudantes ao *fitness*.

A organização programática, com horários das oficinas no período de intervalos das aulas, turmas compostas em conformidade com interesses (iniciação, intermediário e avançado) e ofertadas separadas por sexo (masculino e feminino) e mistas, ampliou as possibilidades de adesão. Todavia, existem esportes/AFL que os usuários anseiam e não foram ofertados, destacando a natação, elemento a ser considerado em projetos futuros, sobretudo ao considerar o clima e sensação térmica campo-grandense.

Os usuários indicaram estarem satisfeitos com o projeto, sendo a capacidade técnica e metodologia, ambas relacionadas a atuação do professor e monitores, as variáveis mais bem avaliadas, resultado que pode ser creditado à estrutura pedagógica do programa, ratificando suas contribuições para o processo de formação profissional.

Os resultados sugerem a relevância e legitimidade social do PSTU e ratifica a importância da manutenção e expansão no âmbito da PP de esporte educacional, sendo urgentes chamadas para implantação de novos núcleos, uma vez que desde 2017 estão paralisadas.

FINANCIAMENTO

O estudo não contou com apoio financeiro.

CONFLITO DE INTERESSE

O autor declara não haver conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS

- Amaral S, Ribeiro O, Silva D. Produção científico-acadêmica em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. *Motrivivência*. 2014;26(42):27-40. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2014v26n42p27>.
- Areias K, Borges C. As políticas públicas de lazer na mediação entre estado e sociedade: possibilidades e limitações. *Rev Bras Ciênc Esporte*. 2011;33(3):573-88. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32892011000300004>.
- Arretche M. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. *Terceiro Milênio. Revista Crítica de Sociologia e Política*. 2013;1(1):126-33.
- Brandenburg C, Matzarakis A, Arnberger A. Weather and cycling: a first approach to the effects of weather conditions on cycling. *Meteorol Appl*. 2007;14(1):61-7. <http://dx.doi.org/10.1002/met.6>.
- Brasil. Diagnóstico Nacional do Esporte – DIESPORTE [Internet]. Brasília: Ministério do Esporte; 2015 [citado 2018 Jul 17]. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/diesporte/diesporte_grafica.pdf.
- Brasil. Lei nº 9.696, de 1 de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física [Internet]. 1998 [citado 2021 Ago 22]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9696.htm.
- Brasil. Programa Segundo Tempo Universitário. Diretriz 2016. Brasília: Ministério do Esporte; 2017.
- Brasil. Secretaria Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social. Ofício nº 358/2018/CAEE/CGAE/DEGEP/SNELIS-ME-SEI. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Campo Grande; 2018.
- Cañadas L. Aprendizaje-Servicio universitario en contextos de actividad física, educación física y deporte: una revisión sistemática. *Educ Pesqui*. 2021;47:e237446. <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634202147237446>.
- Carvalho M. Manual de direito administrativo. 7. ed. Salvador: JusPODIVM; 2020.
- Catuver D. Complexo Aquático da UFMS é entregue revitalizado [Internet]. Pioneiros: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; 2020 [citado 2018 Jul 17]. Disponível em: <https://www.ufms.br/complexo-aquatico-da-ufms-e-entregue-revitalizado>.
- Chiva-Bartoll Ò, Capella-Peris C, Pallarès-Piquer M. Investigación-acción sobre un programa de aprendizaje-servicio en la didáctica de la educación física. *Rev Investig Educ*. 2018;36(1):277-93. <http://dx.doi.org/10.6018/rie.36.1.270581>.
- Corbatón-Martínez R, Miravet, LM, Puig, MM, Gómez, JG, Chiva-Bartoll, Ó. Efectos académicos, culturales, participativos y

- de identidad del ApS en futuros maestros a través de la Educación Física. *Profesorado*. 2015;19(1):280-97.
- Custódio I, Lopes AAS, Kopp D, Silva AT, Chaves RN, Rodriguez-Añez CR, et al. Padrão de utilização de espaços públicos abertos e nível de atividade física em São José dos Pinhais, Paraná. *Rev Bras Ciênc Esporte*. 2021;43:e011220. <http://dx.doi.org/10.1590/rbce.43.e011220>.
- Dumazedier J. Questionamento teórico do Lazer. Porto Alegre: PUCRS; 1975.
- Dumith S, Domingues M, Gigante D. Epidemiologia das atividades físicas praticadas no tempo de lazer por adultos do Sul do Brasil. *Rev Bras Epidemiol*. 2009;12(4):646-56. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2009000400014>.
- Dye T. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: Heidemann F, Salm J, organizadores. *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 2010. p. 99-129.
- Eime R, Harvey J, Charity M. Sport participation settings: where and how do Australian play sport? *BMP Public Health*. 2020;20:1344. <http://dx.doi.org/10.1186/s12889-020-09453-3>.
- Falci D, Belisário S. A inserção do profissional de Educação Física na atenção primária à saúde e os desafios em sua formação. *Comunicação Saúde Educação*. 2013;17(47):885-99. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832013005000027>.
- Faria C. A política da avaliação de políticas públicas. *Rev Bras Ciênc Soc*. 2005;20(59):97-109. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092005000300007>.
- Ferreira RW, Caputo EL, Häfele CA, Jerônimo JS, Florindo AA, Knuth AG, et al. Acesso aos programas públicos de atividade física no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Cad Saude Publica*. 2019;35(2):e00008618. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00008618>. PMID:30785483.
- Galvan C, Meaney K, Gray V. Examining the reciprocal nature of service-learning for underserved students and preservice teachers. *J Teach Phys Educ*. 2018;37(4):363-72. <http://dx.doi.org/10.1123/jtpe.2018-0051>.
- Gil A. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas; 2010.
- Gil A. Métodos e técnicas e pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas; 2009.
- Gonçalves V, Silva D, Marins J. Avaliação do Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Viçosa. *R Bras Ci e Mov*. 2019;27(1):150-63. <http://dx.doi.org/10.31501/rbcm.v27i1.9689>.
- IBGE. Práticas de esporte e atividade física: 2015. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- Jannuzzi P. Indicadores para Avaliação Sistêmica de Programas Sociais: o caso Pronatec. *Estudos em Avaliação Educacional*. 2016;27(66):624-61. <http://dx.doi.org/10.18222/eaev27i66.4168>.
- Kravchychyn C, Lara L, Teixeira D, Pimentel G, Souza S, Oliveira A. Avaliação do Programa Segundo Tempo no estado de São Paulo: realidades e potencialidades. *Coleção Pesquisa em Educação Física*. 2013;11(5):31-8.
- Lüschen G. *The cross-cultural analysis of sport and games*. Champaign: Stipes Publishing; 1970.
- Machado T, Chaise R, Elliot L. A meta-avaliação como instrumento de qualidade nas Políticas Públicas: Programa Segundo Tempo. *Meta: Avaliação*. 2016;8(espe):1-20.
- Marconi M, Lakatos E. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas; 2002.
- Molano-Tobar N, Vélez-Tobar R, Rojas-Galvis E. Actividad física y su relación con la carga académica de estudiantes universitarios. *Hacia Promoc. Salud*. 2019;24(1):112-20.
- Mutz M, Müller J. Social stratification of leisure time sport and exercise activities: comparison of tem popular sports activities. *Leis Stud*. 2021;40(5):597-611. <http://dx.doi.org/10.1080/02614367.2021.1916834>.
- Mutz M, Reimers A, Demetriou Y. Leisure time sports activities and life satisfaction: deeper insights based on a representative survey from Germany. *Appl Res Qual Life*. 2020;16:2155-71.
- Oliveira L, Freitas PP, Lopes MS, Lopes ACS. Participação em programas públicos para prática de atividade física e comportamentos de saúde. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*. 2021;26:e0204. <http://dx.doi.org/10.12820/rbafs.26e0204>.
- Onofre T, Colângelo JVM, Lino W. Balanço bibliométrico da produção científica em políticas públicas de lazer - Brasil 2012/2017. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*. 2019;27(1):164. <http://dx.doi.org/10.31501/rbcm.v27i1.9892>.
- Orue F. Sensação térmica em Campo Grande chegou perto de 50°C no domingo [Internet]. Campo Grande: Midiamax; 2020 [citado 2021 Ago 22]. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2020/sensacao-termica-em-campo-grande-chega-perto-de-de-50oc-neste-domingo>
- Paiva J, Marcellino N. Possibilidades para a extensão universitária a partir de uma política de lazer nas faculdades de educação física. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*. 2004;12(1):85-90.
- PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas*: 2017. Brasília: PNUD; 2017
- Ramos M, Schabbach L. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Rev Adm Pública*. 2012;46(5):1271-94. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122012000500005>.
- Ramos M. Aspectos conceituais e metodológicos da avaliação de políticas e programas sociais. *Planejamento E Políticas Públicas*. 2009;(32):95-114.
- Reverdito R, Galatti L, Lima L, Nicolau O, Scaglia A, Paes R. O Programa Segundo Tempo em municípios brasileiros: indicadores de resultado no macrosistema. *J Phys Educ*. 2016;27:e2754. <http://dx.doi.org/10.4025/jphyseduc.v27i1.2754>.
- Rodrigues G. Inscrições abertas para realização de atividades esportivas. [Internet]. Campo Grande: UFMS; 2019 [citado 2021 Nov 29]. Disponível em: <https://www.ufms.br/inscricoes-abertas-para-realizacao-de-atividades-esportivas/>.

- Rosa R, Mezzadri G. A produção acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. *EFDeportes.com. Revista Digital*. 2011;16(155):1.
- Santos E. Ambiente institucional e difusão do programa segundo tempo: uma análise da difusão regional de 2005 a 2009. *Pensar Prát*. 2013;16(1):35-53.
- Saraiva E. Introdução à teoria política pública. In: Saraiva E, Ferrarezi E, organizadores. *Políticas públicas; coletânea*. Brasília: ENAP; 2007. p. 21-42.
- Sousa F, Bandeira P, Valentini N, Ramalho M, Carvalhal M. Impacto de um programa social esportivo nas habilidades motoras de crianças de 7 a 10 anos de idade. *Motricidade*. 2016;12(S1):69-75.
- Sousa T, Fonseca S, Barbosa A. Perceived barriers by university students in relation the leisure-time physical activity. *Rev Bras Cineantropom Desempenho Hum*. 2013;15(2):164-73.
- Souza C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. 2006;8(16):20-45. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>.
- Ungheri B, Isayama H. Equipamentos públicos de lazer e esporte: o cenário institucional de municípios que implementaram o Programa Esporte e Lazer da Cidade. *Rev Bras Ciênc Esporte*. 2021;43:e011120. <http://dx.doi.org/10.1590/rbce.43.e011120>.
- UFMS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Nota de pesar e esclarecimento [Internet]. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; 2018 [citado 2021 Ago 29] Disponível em: <https://www.ufms.br/nota-de- pesar-e-esclarecimento/>.
- UFMS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Ofício nº 704/2018 - GAB/RTR/UFMS. Início das atividades do Núcleo do Programa Segundo Tempo – UFMS. Sistema Eletrônico de Informações. Sistema Eletrônico de Informação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, processo 23104.027845/2017-36, documento 0934284. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Campo Grande; 2019.
- UFMS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Portaria nº 405, de 16 de março de 2020. Instituir medidas temporárias, novos procedimentos e outras providências a serem adotadas, no âmbito da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). *Boletim Oficial de Serviço nº 7.251*, de 17 de março de 2020 [Internet]. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Campo Grande; 2020. Disponível em: <https://boseletimoficial.ufms.br/bse/publicacao?id=389814>.
- UFMS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Relatório de prestação de contas (Relatório de cumprimento de objeto) do Termo de Execução Descentralizada nº 20/2017, SIAFI nº 692204. Sistema Eletrônico de Informações, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, processo nº 23104.027845/2017-36, documento 2465492. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Campo Grande; 2021.
- Vieira V, Silva J. Barreiras à prática de atividades físicas no lazer de brasileiros: revisão sistematizada. *Pensar Prát*. 2019;22:1-22. <http://dx.doi.org/10.5216/rpp.v22.54448>.
- Wicker P, Breuer C, Pawlowski T. Promoting sport for all to age-specific target groups: the impact of sport infrastructure. *Eur Sport Manag Q*. 2009;9(2):103-18. <http://dx.doi.org/10.1080/16184740802571377>.